

A Escola Normal Primária entre práticas e representações

Francinaide de Lima Silva Nascimento¹

Maria Arisnete Câmara de Morais²

Este trabalho analisa a história da formação de professores em Natal, Rio Grande do Norte, com o intuito de compreender as práticas e representações da Escola Normal Primária. Insere-se na temática da História das Instituições Escolares e investiga o percurso da Escola Normal de Natal na preparação de professores primários.

Fundamenta-se nos pressupostos de Chartier (1990), Chervel (1990), Elias (1994), Nóvoa (1987), Schriewer (2000), dentre outros, como também em documentos localizados, principalmente, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte/IHGRN como Atas, Ofícios, Relatórios dos Diretores da Instrução Pública, Leis, Decretos, Mensagens dos Governadores, além de artigos dos jornais *A Capital*, *A Ordem* e *A República*, bem como da revista *Pedagogium* (1921-1940).

No Arquivo Público do Estado/APE encontramos o *Livro de Honra* (1914-1919), Diários de Classe e o *Livro de Inscrição dos Grupos Escolares*. Do Memorial do Atheneu analisamos a *Ata da Congregação do Atheneu e da Escola Normal* (1897) e do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy o *Livro de Registro Nominal dos Professores Diplomados pela Escola Normal*.

Propõe, também, o estudo comparado da gênese da Escola Normal Primária de Lisboa e de Natal, ancorados no problema da análise dos sentidos atribuídos ao modelo de instituição. Pesquisamos nos acervos da Biblioteca Nacional de Portugal/BNP e da Escola Superior de Educação de Lisboa/ESELX, antigo prédio da Escola Normal Primária, nos quais encontramos Atas, Livros, Manuais de Pedagogia e Regimentos Internos.

Instituída no segundo reinado, especificamente em 1873, a Escola Normal de Natal, assim como em diversas matrizes experimentadas na formação docente no Brasil teve influências francesa, alemã e norte-americana. Embora as conjunturas sejam diversas, no aspecto histórico, posto que existiram três tentativas de instalação deste estabelecimento de ensino até sua institucionalização, a partir de 1908, o que permeia sua história é a necessidade de instrumentalizar o magistério norte-rio-grandense.

¹ Doutora em Educação/PPGED-UFRN. Professora de Didática/IFRN. E-mail: francinaide.silva@ifrn.edu.br.

² Pós-Doutora pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Professora do Centro de Educação e do PPGED/UFRN. Pesquisadora do CNPq. E-mail: arisnete@terra.com.br.

As tentativas de estabelecer uma instituição para a formação docente em Natal fazem-nos voltar às leis que gestaram a eclosão do movimento de implantação da Escola Normal. Sabemos que as questões pedagógicas começam a articular-se às transformações da sociedade brasileira após a Independência da República, em 1822. Neste momento o preparo dos professores se articulava aos projetos de educação popular. Os dispositivos da Lei das Escolas de Primeiras Letras (1827) criam instituições nas vilas, cidades e lugares populosos e sugeriam que os professores deveriam se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas. “Os professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino (o ensino mútuo), irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados” (BRASIL, 1827: 71-72).

O Ato Adicional de 1834, por seu turno, determinava que a educação primária era responsabilidade das províncias. Este dispositivo dava autonomia às províncias no fomentar a educação e legislar sobre ela. Estas tenderam a adotar, para formação dos professores, a via que vinha sendo seguida nos países europeus: a criação de Escolas Normais.

Entretanto, quais eram os embates entre as normas emanadas do poder central e os ditames locais? A Lei n. 37, de 11 de novembro de 1839, assinalava para os esforços em implantar uma instituição de formação docente sob o argumento de que não havia no Rio Grande do Norte formas de ensino condizentes com as necessidades das crianças. Mas somente em 1862 foi estabelecida uma Escola Prático Modelo, Lei n. 529 de 28 de abril, no Atheneu Norte-Rio-Grandense.

A efetiva implantação de um estabelecimento de ensino específico para o aprimoramento docente, somente se deu em 1873, também instalado no Atheneu. Neste momento foi criada a primeira Escola Normal de Natal. Segundo Kulesza (1998) o Ensino Normal tinha sua referência, no início de sua instalação nas províncias, nos Liceus e Atheneu, logo, estavam ligadas à formação secundária. Além das instalações, havia o empréstimo de professores e dos regulamentos para as escolas.

No século XIX um dos principais argumentos para a instalação das Escolas Normais era o de que estas instituições se constituíam como fontes de estudos teóricos e práticos, uma vez que “ao mesmo tempo em que ministra o ensino experimenta o gosto do aluno, desenvolve-lhe a vocação e forma-lhe o caráter nos predicados, que devem coroar o exercício da Pedagogia” (OLIVEIRA, 2003: 213). Além disso, em países civilizados como França, Suíça, Prússia, Itália, Áustria, Inglaterra, Suécia, Espanha, Estados Unidos, a Confederação Argentina e o Chile tinham muitas escolas e as aperfeiçoavam.

Com influências francesas, alemã e norte-americana, as Escolas Normais foram criadas para atender aos meninos e aos poucos passou a receber as meninas que buscavam instrução. Ao longo dos tempos, as instituições formadoras de docentes primários foram recebendo mais moças em suas salas. A Escola Normal de Natal, por exemplo, desde a reabertura em 1908, revelou-se uma escola para a formação de mulheres professoras. O número de rapazes que procuravam a profissão docente era diminuto, quando comparado ao número de moças que ocupavam os bancos escolares.

A institucionalização da profissão docente estava relacionada ao momento em que os professores passaram a ser um corpo de funcionários responsáveis por desenvolver a tarefa de transmissão de conhecimentos. O Curso Normal legitimava um corpo de conhecimentos adquirido pelo aluno que após a diplomação adquiria o *status* de profissional.

No Brasil, após a Proclamação da República, o projeto elaborado por Rangel Pestana, consubstanciado no Decreto n. 27, de 12 de março de 1890, reformou a Escola Normal de São Paulo, sob a direção de Antonio Caetano de Campos, e criou as Escolas Modelo. Essas eram classes primárias anexas à Escola Normal, com o objetivo de aprimorar a formação de professores desenvolvendo, desse modo, um padrão de ensino para nortear as escolas primárias. Era o local apropriado para a prática dos alunos-mestres.

A reforma paulista da Escola Normal iniciou um período de implantação e expansão do padrão das Escolas Normais tendo como anexo a Escola Modelo. A Escola Normal essencialmente feminina, dotada de escolas anexas destinadas à experimentação prática pedagógica do alunado, que desencadearam a profissionalização docente, presente em diversos Estados do território brasileiro, dentre estes a Paraíba e São Paulo, só esteve presente no Rio Grande do Norte no início do século XX.

Em meados do século XIX foram criadas as primeiras Escolas Normais do país para a formação de docentes. Na Província do Rio de Janeiro foi instituída em Niterói, em 1835, a primeira Escola Normal do Brasil. Essa tendência foi seguida por diversas províncias na seguinte ordem: Bahia, 1836; Mato Grosso, 1842; São Paulo, 1846; Piauí, 1864; Rio Grande do Sul, 1869; Paraná e Sergipe, 1870; Espírito Santo e Rio Grande do Norte, 1873; Paraíba, 1879; Rio de Janeiro (DF) e Santa Catarina, 1880; Goiás, 1884; Ceará, 1885; Maranhão, 1890. Essas escolas, no entanto, tiveram existência intermitente. Foram fechadas e reabertas periodicamente.

Análises sobre as realidades educacionais entre Portugal e Brasil permitem considerar o que ocorreu na área da educação entre ambos. Com o objetivo de estabelecer uma análise comparativa entre duas instituições de formação de professores, aproximações e distanciamentos, constituímos uma interlocução com a Escola Normal de Natal e com a Escola Normal Primária de Lisboa. O intuito é compreender a gênese, implantação e consolidação destas instituições educativas criadas no âmbito do movimento mundial de produção de uma forma escolar própria para a formação do magistério e de um complexo sistema de ensino estatal. Todavia, evidenciamos a gênese como o eixo da comparação.

No que concerne à Escola Normal Primária de Lisboa, o Decreto de 1º de agosto de 1835, propunha a reorganização da Instrução Primária em Portugal e evidenciou o desejo de instituir duas Escolas Normais: em Lisboa e na cidade do Porto. De modo semelhante, o Decreto de 7 de setembro do mesmo ano, instituiu uma Escola Normal em cada distrito administrativo. Todavia, estes não se efetivaram.

Em 1844, o Decreto de 20 de setembro, operacionalizou a Reforma da Instrução “Costa Cabral” que autorizou a criação das Escolas Normais para a habilitação de professores primários. Os Cursos tinham duração de um ano (1º grau) e de dois anos (2º grau). Esta mesma reforma autorizou a abertura imediata das Escolas Normais de Lisboa e do Porto.

Um Decreto de 24 de dezembro do mesmo ano aprovou o Regulamento para a Escola Normal Primária para o Sexo Masculino no Distrito de Lisboa, na qual entre outras deveria ser ministrada a matéria que veiculasse os elementos de Pedagogia. Para cumprir esta finalidade o referido documento apresenta a matéria que se intitulava *Notícia dos métodos de ensino e de legislação respectiva à instrução primária*. (REGULAMENTO, 1845: 4).

Foi construído um edifício para abrigar esta instituição, em Belém, como também nomeados diretor e professores, mas a escola não funcionou. Apesar disso, foi a primeira vez em Portugal em que se faz menção ao ensino de Pedagogia. (GOMES, 1998: 199). Em 1860, o Decreto de 4 de dezembro, considerando a necessidade do funcionamento da Escola Normal, aprovou o Regulamento no qual constava que o plano de estudos compreendia, além de diversas outras, a matéria *Pedagogia Prática e Legislação e Administração do Ensino*.

Em Lisboa, porém, somente em 21 de abril de 1862 foi inaugurada a Escola Normal Primária. Instalada no Palácio dos Marqueses de Abrantes, em Marvila, funcionava em regime de internato e era exclusivamente masculina. Esteve sob a direção do professor Luiz Filipe Leite desde sua fundação até 1872, quando o referido professor foi demitido.

No que concerne ao programa de formação dos professores primários portugueses, pela proposta de Regulamento da Escola Normal Feminina do Distrito de Lisboa, em 1863, aprovada no Governo Anselmo Braamcamp, o programa do Curso Normal Primário evidenciava princípios de especialização com a inclusão de disciplinas pedagógicas. Compreendia o plano de ensino matérias como Pedagogia Prática, Deveres da Mestra Primária e suas relações com o Estado, Educação Física, Preceitos Higiênicos, Preceitos e Exercícios de Economia Doméstica. (REGULAMENTO, 1863: 5-6).

Quadro 1 - Programas de Ensino da Escola Normal Primária de Lisboa (1863-1920)

PROGRAMAS	DECRETO NORMALIZADOR (INSTÂNCIA PROPONENTE) CURSO (DURAÇÃO)	PROGRAMA DE ENSINO
Programa 1	Regulamento da Escola Normal Primária para o Sexo Feminino (Carta de 9 de julho de 1863), Ministério dos Negócios do Reino – Curso Normal (3 anos)	Quatorze matérias – I. Leitura e recitação; II. Escrita; III. Gramática Portuguesa; exercícios de redação; IV. Aritmética Elementar, compreendendo as proporções e a sua aplicação aos usos da vida, sistema legal de pesos e medidas; V. Noções de Geografia Geral, Geografia Particular de Portugal e suas possessões; VI. Noções de História Universal, História Pátria; VII. Doutrina Cristã: elementos da História Sagrada do Antigo e Novo Testamento; VIII. Desenho Linear e suas aplicações mais úteis na vida comum; IX. Pedagogia Prática; Deveres da Mestra Primária e suas relações com o Estado; X. Educação Física, Preceitos Higiênicos; XI. Tradução da Língua Francesa; XII. Canto; XIII. Trabalhos próprios do Sexo Feminino; XIV. Preceitos e Exercícios de Economia Doméstica.
Programa 2	Reforma do Ensino Primário (Decreto n. 8, de 24 de dezembro de 1901, e n.1 e n. 2, de 19 de setembro de 1902), Direção Geral da Instrução Pública – Curso Normal (3 anos)	Onze matérias – I. Língua e Literatura portuguesa; II. Língua Francesa; III. Aritmética prática e Geometria Elementar; Noções de Escrituração Comercial e Agrícola; IV. Moral e Doutrina Cristã; Direitos e Deveres dos Cidadãos; e, para o sexo feminino, Economia Doméstica; V. Cronologia, Geografia e História, com especialidade a de Portugal; VI. Caligrafia, Desenho Linear e de Ornato; Cópia de Mapas; VII. Elementos de Ciências Naturais e suas aplicações à Agricultura e à Higiene; Noções de Agricultura Prática; VIII. Pedagogia e, em especial, Metodologia do Ensino Primário. Legislação da Escola Primária Portuguesa; IX. Ginástica; X. Música; XI. Para os alunos do sexo feminino: trabalhos de agulha e labores.
Programa 3	Programas e Horários para o Ensino Normal (Decreto de 18 de outubro, 27 de novembro e 4 de dezembro de 1902), Conselho Superior de Instrução Pública – Curso Normal (3 anos)	Dez matérias – I. Língua e Literatura Portuguesa; II. Língua Francesa; III. Aritmética Prática e Geometria Elementar; Noções de Escrituração Comercial e Agrícola; IV. Moral e Doutrina Cristã; Direitos e Deveres dos Cidadãos; Economia Doméstica; V. Geografia e Cronologia, História; VI. Caligrafia, Desenho Linear e de Ornato, Cópia de Mapas; VII. Elementos de Ciências Naturais e suas aplicações à agricultura e à higiene; Noções de Agricultura Prática; VIII. Pedagogia e, em especial, Metodologia do Ensino Primário; Legislação da Escola Primária Portuguesa; IX. Ginástica; X. Trabalhos de Agulha.
Programa 4	Programas para os Exames de Admissão (Decreto 6: 203, de 7 de novembro de 1919), Ministério da Instrução Pública – Curso Normal (3 anos)	Onze matérias – I. Leitura e Gramática Portuguesa, interpretação do texto e redação; II. Língua Francesa: leitura, tradução e composição; III. História Universal e Pátria; IV. Geografia Geral e Corografia de Portugal;

		V.Aritmética, Geometria e Álgebra Elementar; VI.Desenho Linear e de Ornato; VII.Elementos de Física; VIII.Elementos de Química; IX. Rudimentos de Zoologia, Botânica, Geologia e Mineralogia; X. Experiências de Química; XI. Experiências de Física.
--	--	---

Fonte | Elaborado pela autora a partir de informações contidas em Programas e Horários, Exames de Admissão e Regulamentos da Escola Normal Primária de Lisboa (1863-1920)

Eram elementos centrais da formação oferecida pela instituição o ensino da agricultura e a implementação de atividades culturais – como, por exemplo, uma biblioteca dominical para os operários. O preparo conferido pela escola visava um ensino predominantemente profissional baseado em preceitos pedagógicos e aliava a dimensão teórica a uma aprendizagem prática. Funcionou no referido Palácio até 1881.

A Relação dos Indivíduos Matriculados na Escola Normal desde 1862 a 1866 e seus destinos (1866) registra a situação dos mestres egressos da instituição de formação de professores em Lisboa. Após a diplomação, poucos foram os professores que tiveram o magistério enquanto carreira profissional. Ocuparam-se em atividades diversas, em diferentes repartições, a exemplo do Correio Geral, Caminho de Ferro, bem como na telegrafia e no comércio.

Atuavam como professores públicos municipais nas cadeiras de Instrução Primária, Escola Infantil, Gramática e Língua Francesa, como também em instituições como o Colégio Europeu, Escola Academia, Escola Anexa ou Casa Pia. O documento registra que até então somente o mestre Felipe Antônio Jorge exerceu a função de Diretor na Escola Real de Mafra, em Mafra.

Em 1866 a iniciativa de institucionalização da formação docente em Portugal foi seguida do estabelecimento de uma escola congênere, incumbida de preparar o magistério feminino. O Recolhimento do Santíssimo Sacramento e Assumpção, situado no Calvário, em Lisboa, foi considerado adequado para o funcionamento da Escola Normal Primária para o sexo feminino por suas boas condições prediais. O estabelecimento de ensino destinado à formação de professores passou a funcionar no ano letivo 1866-1867.

No que concerne ao programa de ensino, o processo de inclusão de matérias de domínio pedagógico em detrimento das de aspecto científico e literário foi lento também em Portugal. De acordo com Gomes (1998: 198), João de Andrade Corvo, na Câmara dos Deputados, em 1866, afirmava a necessidade de educar os normalistas em uma escola organizada com todos os elementos indispensáveis para ensinar e ensinar bem. “É preciso que

nos convençamos que, para educar mestres, não basta expor princípios de ciência, é preciso ensinar, ensinar Pedagogia”.

Em 1869, a Escola Normal Primária de Lisboa foi fechada em Marvila para fins de remodelação e instalada a Escola Normal Masculina no Palácio de Condes de Murça, em Santos (Decreto de 14 de dezembro), no qual permaneceu até 1914. Em 18 de março de 1870 foram publicados os programas para os exames de ingresso no magistério primário, nos quais constavam, dentre outras matérias: Leitura; Gramática; Aritmética; História Sagrada; Doutrina Cristã; Geografia; História; e Pedagogia.

Neste mesmo momento tem início a produção de Manuais de Pedagogia, dos quais são exemplo o de João Maria Graça Afreixo e Henrique Freire (1870) e o de Antônio Francisco Moreira de Sá (1873). Registramos que o primeiro professor de Pedagogia foi Luís Filipe Leite, também primeiro Diretor da Escola Normal em Marvila.

A Reforma do Ensino de 1878-1881 orientou as ações educativas em fins dos oitocentos em Portugal marcadas pela expansão do Ensino Normal e, por conseguinte, pelo aumento do número de mestres primários. Neste período, as duas escolas de Lisboa sentem a ‘crise de crescimento’. (NÓVOA, 1987b: 462). São marcas também desta época a falta de recursos, escândalos de natureza moral, conflitos entre docentes e comportamentos considerados inadequados por parte dos alunos. De acordo com Mogarro e Zaia (2009: 44), simultaneamente realça-se o caráter profissional do ensino ministrado e o reforço da pedagogia, defendendo-se a aliança entre a teoria e a prática.

Quanto ao ensino, o Decreto de 28 de julho de 1881 aprovou o Regulamento, para a execução das Leis de 2 de maio de 1878 e de 11 de junho de 1880, com as matérias ensinadas nas Escolas Normais das quais faziam parte Pedagogia, Metodologia e Legislação relativas às Escolas Primárias.

No que se refere à instituição brasileira, também foram apresentadas sucessivas propostas de criação de uma Escola Normal em Natal destinada à formação de candidatos ao magistério a qual seria instalada no Atheneu Norte-Rio-Grandense (Lei n. 37, de 11 de novembro de 1839; 1849; Lei n. 529, de 28 de abril de 1862). Entretanto, estas não lograram o êxito que se esperava.

A Lei n. 671, de 5 de agosto de 1873, marcou a primeira tentativa de funcionamento da Escola Normal de Natal. Instalada no prédio do Atheneu Norte-Rio-Grandense com o mesmo quadro docente da citada instituição, passou a funcionar em 1º de março de 1874, com

matrícula inicial de vinte alunos. Funcionava em regime de externato e era exclusivamente masculina. Diplomou três docentes. Foi extinta pelo Decreto n. 809, de 19 de novembro de 1877, por não corresponder aos fins que levaram a sua abertura.

A segunda tentativa de funcionamento de uma Escola Normal ocorreu a partir da expedição do Decreto n. 13, de 8 de fevereiro de 1890, na administração de Adolfo Afonso da Silva Gordo. Todavia, ela foi “nati-morta”, uma vez que este não permaneceu no cargo de presidente da província.

No período republicano, durante o Governo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, foi expedido o Decreto n. 18, de 30 de setembro de 1892, que autorizou o terceiro funcionamento da Escola Normal em Natal. Entretanto, esta somente funcionou em 1897. Diplomou até 1901 cinco professores.

A Reforma do Ensino Primário, Lei n. 249, de 22 de novembro de 1907, reorganizou a instrução pública do Rio Grande do Norte. O Decreto n. 178, de 29 de abril de 1908, reabriu a instituição em estudo para o preparo de professores de ambos os sexos, restabeleceu a Diretoria Geral de Instrução Pública – extinta em 1900 –, e criou uma rede de Grupos Escolares.

O Decreto 174, de 05 de março de 1908, autorizou a construção do prédio no qual foi instalado o Grupo Escolar Augusto Severo, primeiro do gênero no Estado, nos moldes dos de São Paulo. Desde sua criação esta escola primária servia à prática dos mestres normalistas. Este caráter foi reconhecido pelo Decreto n. 198, de 10 de maio de 1909, que o elevou a instituição modelar para as demais escolas primárias³.

A Escola Normal de Natal funcionou nas dependências do Atheneu até o último semestre de 1910. No primeiro semestre letivo do ano seguinte foi instalada no moderno prédio do Grupo Escolar Modelo, projetado pelo arquiteto Herculano Ramos, conforme as prescrições da Diretoria Geral da Instrução Pública e os princípios da Pedagogia Moderna.

A instalação do curso de formação para o magistério primário em Lisboa e em Natal ocorreu em um lento processo, marcado por intermitências no funcionamento em ambas instituições.

As Reformas de Ensino evidenciam as propostas educativas para a institucionalização da profissão docente nos dois países. No início do século XX, as instituições em estudo

³ A Escola Modelo tinha a acepção advinda do aporte teórico-metodológico, nos moldes do “aprender a fazer, fazendo”, proposto por Comenius e Pestalozzi.

continuaram a passar por modificações, conquanto mais significativas. Em Lisboa e em Natal as Escolas Normais sofreram os influxos das organizações operadas no Ensino Primário e Normal.

Em Portugal, a Reforma do Ensino Primário, aprovada pelo Decreto n. 8 de 24 de dezembro de 1901 – também denominada Reforma Hintze Ribeiro –, reorganizou a instrução primária e concedeu legitimidade ao Ensino Normal. O Regulamento de 19 de setembro de 1902 asseverava que o provimento das cadeiras do magistério primário seria feito por concurso documental, a que só poderiam concorrer professores que tivessem obtido diploma de aprovação no Curso das Escolas Normais ou de habilitação para o magistério primário. (REGULAMENTO, 1902: 136).

A Reforma de Antônio José de Almeida, Decreto de 29 de março de 1911, remodelou o Ensino Primário e Normal e implantou o regime de coeducação dos sexos, nas Escolas Normais, com externato somente, enquanto não houvesse a possibilidade de organizar o internato. Como decorrência deste dispositivo, no ano letivo de 1914-1915 a Escola Normal Primária Masculina de Lisboa foi transferida para as instalações do edifício do Calvário, ocorrendo a fusão das duas Escolas Normais Primárias. Deu-se, assim, a efetiva implementação do regime de coeducação dos sexos, proposto pela reforma e uma das aspirações republicanas.

Os programas das matérias de natureza pedagógica, científica e literária foram aprovados pelo Decreto n. 2.213, de 10 de fevereiro de 1916. Neste plano verificamos a presença de matérias pedagógicas, como: História da Instrução Popular em Portugal; Pedologia; Pedagogia Geral e História da Educação; Metodologia; e Legislação do Ensino Primário.

A Reforma de Leonardo José Coimbra, instituída pelo Decreto n. 5/787-B Sup. 18, de 10 de maio de 1919, propôs um programa de ensino distinto para o Curso Normal Primário e recomendou que junto às instituições de formação de professores funcionassem as escolas de ensino primário, necessárias à prática dos alunos mestres diplomados na Escola Normal Primária.

Neste mesmo período, a formação para o magistério era reconhecida e a educação concebida enquanto o motor do desenvolvimento e progresso do país, com vistas a educar o novo cidadão. O símbolo do investimento na educação na ocasião foi a construção do majestoso prédio da Escola Normal Primária de Lisboa, em Benfica, que passou a funcionar

com regulamento específico. Em Portugal, o Decreto n. 18. 646, de 19 de julho de 1930, extinguiu as Escolas Normais Primárias e instituiu, em sua substituição, as Escolas do Magistério Primário.

No Rio Grande do Norte, a Lei n. 284, de 30 de novembro de 1909, ratificou as modificações na instrução pública e estabeleceu o Código de Ensino em sucessivos decretos (Decreto n. 239, de 15 de dezembro de 1910; Decreto n. 261, de 28 de dezembro de 1911; Decreto n. 359, de 22 de dezembro de 1913). Este dispositivo regulava o funcionamento do Ensino Primário e Normal e por suas disposições o Curso Normal, que era oferecido em três anos, passou a ser ministrado em quatro anos.

O Regulamento da Escola Normal, Decreto n. 69, de 24 de novembro de 1917, conferiu à instituição a tarefa de habilitar o normalista a desempenhar, com o máximo comprometimento, vigor e profissionalismo, a missão de educar o povo para a vida em sociedade no contexto urbano e rural. Por este período, a instituição em análise era portadora de um *corpus* de conhecimento geral, científico e especializado. Compunham uma formação propedêutica para o magistério, conhecimentos científicos, técnicos e fundamentos pedagógicos e morais. A formação profissional do educador era referenciada por um conjunto uniforme de saberes, repertórios, métodos e técnicas da pedagogia escolanovista em interação com a dinâmica organizacional dos Grupos Escolares. O preparo do mestre primário subentendia, sobretudo, uma correlação entre Ensino Normal e a educação escolar infantil.

Em fins da década de 1920, as Escolas Normais Primária de Lisboa e de Natal estavam em pleno funcionamento. O Curso Normal ostentava um caráter de formação profissional – ao pautar-se em elementos peculiares das Ciências da Educação. A formação oferecida aos professores tornou-se cada vez mais especializada o que legitimou a profissionalização do magistério primário.

As Escolas Normais Primárias de Lisboa e Natal, ambas em suas respectivas configurações, produziram por meio de seus agentes educativos práticas imbuídas do modelo pedagógico vigente que preconizava a introdução dos princípios da Pedagogia Moderna. Embora instaladas em continentes distintos, uma na Europa e a outra na América do Sul, estas instituições partilhavam projetos e discursos que se entrelaçavam, evidenciando uma completa sintonia e circulação do pensamento pedagógico, desde fins dos oitocentos, especialmente, das ideias sobre a educação gestadas na Europa.

Esta reciprocidade de ideias e práticas podem ser observadas nos discursos de intelectuais, professores, dirigentes de instrução pública, mas, sobretudo, em livros escolares, regulamentos e periódicos, a exemplo da Revista *Escolar*⁴ (1925-1926) e Revista *Pedagogium* (1921-1925). São elementos que compuseram o cotidiano da configuração escolar em análise e contribuíram para a constituição de sua identidade. Souza (1998: 19) nos lembra que:

Se é fato que a educação cumpre finalidades determinadas pela sociedade, não é menos verdade que os projetos, os discursos, as teorias pedagógicas materializam-se no cotidiano da escola; é nesse âmbito que a intercessão de subjetividades e práticas cadencia ritmos, ritualiza comportamentos, intercambia experiências, configura formas de agir, pensar e sentir e possibilita a identidade/diferenciação da escola no conjunto das instituições.

De acordo com Escolano (2001), a cultura escolar em suas dimensões empírica, prática ou material é produzida cotidianamente pelos docentes. Seja nos aspectos políticos ou normativos, os quais correspondem as regras que governam o funcionamento das escolas, seja no caráter científico ou pedagógico, elaborado para explicar ou propor modos de trabalho tipicamente escolares, a exemplo dos saberes veiculados pelos manuais. Nesse sentido, o entendimento acerca das especificidades do modo de funcionamento das Escolas Normais em Lisboa e Natal, como também do trabalho de seus professores ganham relevância. São objetos de interesse, ainda, as normas e ações das quais são concebidos os conteúdos e comportamentos ensinados aos alunos. Normas estas analisadas considerando a categoria profissional dos agentes que deverão seguir as ordens e aprendizados que permitem a transmissão de saberes.

Constituem-se enquanto objetos de análises os componentes do modelo escolar – professores, alunos, instituição, método de ensino –, as concepções pedagógicas que produziram e fizeram circular saberes sobre o ofício de ensinar, tomando-os como temas a serem explicados durante as aulas nas Escolas Normais. É tema central desta reflexão a tríade escola, saberes pedagógicos e livros implicada na construção histórica e social da cultura escolar (JULIA, 1990).

Os princípios educativos para as escolas primárias estavam em sintonia, particularmente, com considerações sobre os fundamentos da psicologia e do

⁴ A *Revista Escolar* era uma publicação mensal sobre a educação e o ensino a qual tinha como Diretores Albano Ramalho, Heitor Passos e Joaquim Tomás, Inspetores da Escola Primária.

desenvolvimento infantil. A utilização de métodos modernos pelas professoras na instrução pública elementar buscava atingir o desenvolvimento integral do educando.

Além das concepções e ideias sobre a educação e a pedagogia, um aspecto a ser considerado na análise da formação dos professores na Escola Normal, seja em Lisboa ou em Natal, é a forma como o conhecimento pedagógico chegava aos mestres primários. Ressaltamos que o núcleo pedagógico da formação do normalista era composto por conhecimentos provenientes das matérias Pedagogia, Didática, Metodologia e Prática de Ensino. Estas são áreas que responderam as interrogações postas pelo magistério, cujo desenvolvimento esteve profundamente relacionado com a construção da docência como profissão. (NÓVOA, 1987a).

O estudo deste aspecto nos leva a afirmação de que os manuais de ensino eram utilizados por alunos da Escola Normal Primária no estudo das questões concernentes ao ofício de ensinar, especialmente, das matérias específicas. Conforme Silva, V., (2007: 268) “enquanto um dos resultados das iniciativas que corporificam a escola e um lugar de elaboração de conhecimentos sobre essa instituição e suas práticas, os manuais pedagógicos permitem examinar aspectos importantes da constituição da cultura escolar”. Eram vias de circulação de conhecimentos pedagógicos, que apresentavam ideias aos normalistas.

Colaboraram para a construção e difusão das instituições de ensino e das formas pelas quais elas foram concebidas, em um momento no qual ocorreu a expansão mundial da escola, processo relativamente homogêneo que simultaneamente assumiu contornos específicos em espaços determinados. (SILVA, V., 2007: 271).

Um aspecto a ser destacado na análise dos manuais que difundiam os saberes escolares, utilizados em fins dos oitocentos e nas duas primeiras décadas do século XX, diz respeito às descrições, prescrições, como também aos modos de fazer. Para Roullet (2001) os manuais são muito reveladores do que constitui o duplo movimento contraditório da disseminação dos conhecimentos elaborados no seio de uma disciplina. Os conceitos difundidos eram noções simples e utilizáveis.

Em Portugal encontramos um número significativo de obras destinadas ao preparo do magistério, particularmente, no que concerne aos elementos de pedagogia. Publicadas nos oitocentos, pela ordem de edições, são elas: *Elementos de Pedagogia* (AFREIXO; FREIRE, 1870), *Compêndio de Pedagogia* (SÁ, 1873), *Notas de Pedagogia Filosófica* (SOUSA, 1890), *Princípios de Pedagogia* (COELHO, J., 1891-1893). Em Natal, por sua vez, nos arquivos e

acervos disponíveis não encontramos materiais, a exemplo de livros de conteúdo pedagógico, destinados ao estudo dos alunos-mestres.

Os livros dos normalistas constituíram-se como a gramática do magistério, cujo objeto era o objeto de ensino. Eles tinham como tema geral a educação e seus aspectos pedagógicos, psicológico, didáticos e metodológicos. Estes são materiais que se constituíram enquanto instâncias de produção e circulação dos saberes que fundamentaram o modelo de Ensino Normal e contribuíram para a difusão mundial da instituição escolar e dos conhecimentos pedagógicos, em análise.

Se na Escola Normal Primária portuguesa os alunos utilizavam manuais de ensino para sua preparação didático-pedagógica, inclusive produzidos por seus professores, na Escola Normal do Rio Grande do Norte os alunos-mestres recebiam estes mesmos conhecimentos provenientes de reflexões veiculadas no jornal, produzidas pelo professor de Pedagogia.

Nestor dos Santos Lima, professor e diretor da Escola Normal de Natal, era um dos estudiosos desta área. Ele investigava os preceitos da matéria e escreveu onze artigos com suas reflexões e impressões, os quais foram publicados na Coluna *Pedagogia* do jornal *A República*, durante os meses de julho a setembro de 1911. Nos ensaios, destinados a alunos-mestres e professores diplomados, o autor tratava sobre os princípios, processos e métodos de aplicação das disciplinas ministradas na escola primária e evidenciava sua prática no contexto da cultura escolar da instituição profissional.

De acordo com Lima (1911b, p. 1), os escritos não tinham por objetivo “uma exibição do saber pedagógico”, eram apenas apanhados de autores, muitas vezes neles citados, e se destinavam “a orientar os alunos de Pedagogia da Escola Normal, que lutam com grandes dificuldades nesse particular”. Para ele a disciplina consistia na apresentação das teorias de educação, na indicação dos fins e descrição dos métodos e processos. Ou seja: os temas em reflexão estavam relacionados com a metodologia do ensino. Dispostos pela ordem de edição, os escritos de Nestor Lima versavam acerca dos conteúdos da escola primária concernentes: *A escrita, seus princípios e processos. A caligrafia* (1911a); *A leitura, suas espécies, métodos e processos* (1911b); *Ensino do desenho, sua importância e métodos* (1911c); *Trabalho manual. Canto. Exercícios físicos, sua importância, métodos e processos* (1911d); *Trabalho Manual. Canto. Exercícios Físicos, sua importância, métodos e processos (conclusão)* (1911e); *Língua materna, importância, exercícios e processo* (1911f); *Aritmética, sua importância e processo. Morfologia. Geometria* (1911g); *Lições de coisas, sua importância,*

princípio e método (1911h); *Geografia, importância, métodos e processos* (1911i); *História, sua importância, métodos e processos* (1911j); *Instrução moral e cívica e economia doméstica. Métodos e processos* (1911l); *O grupo modelo* (1911m).

Os manuais, e de modo específico os onze artigos sobre Pedagogia disponíveis, evidenciam de modo recorrente citações de pedagogos, filósofos, sociólogos, psicólogos, biólogos e outros cientistas que definiram as funções docentes, os papéis dos alunos e os métodos de ensino. Ao mesmo tempo, a análise dos manuais e impressos evidencia a própria história das ciências que fundamentaram a formação do magistério no período em estudo.

Se a pedagogia era o elemento definidor desta formação, ao longo do século XIX, nas primeiras décadas do novecentos a Psicologia e a Pedologia se constituíram enquanto elementos aglutinadores das principais reflexões dos docentes. Em Portugal, destacamos para este momento a publicação dos livros *Algumas lições de Psicologia e Pedologia* (FERREIRA, 1920), *Lições de Pedologia e Pedagogia Experimental* (VASCONCELOS, 19--) os quais eram utilizados pelos normalistas.

No que concerne às lições de Pedologia, podemos traçar um diálogo entre as prescrições do Regulamento da Escola Normal de Natal e as ideias do professor português Farias de Vasconcelos (1880-1939). A obra *Lições de Pedologia e Pedagogia Experimental* (s.d.), do referido autor, apresenta as principais experiências e livros publicados no bojo da emergência do pensamento psicopedagógico, particularmente, em países como Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Estados Unidos, França, Hungria, Itália, Rússia e Suíça.

Em Natal, os princípios aprendidos na Escola Normal e aplicados nas escolas primárias estavam em conformidade com o *Regimento Interno dos Grupos Escolares* (1909) nos quais encontramos prescrições de princípios da Pedagogia Moderna para a escola elementar. Baseado nos pressupostos de Pestalozzi e Froebel, as determinações da Diretoria Geral de Instrução Pública previam os princípios para o ensino intelectual, a educação moral e cívica, como também física. Asseverava que “a instrução moral regula as ações do homem e refere-se aos costumes em geral. As faculdades que presidem e determinam essas ações são a *vontade* e a *sensibilidade*, que o mestre cultivará pelos meios mais simples e racionais.” (REGIMENTO INTERNO, 1909: 7).

O estudo evidenciou que as Escolas Normais surgiram do mesmo substrato histórico, como também a consonância entre os dois países no que concerne a um modo de saber que

associava políticos, professores, médicos, higienistas e os demais especialistas da sociedade envolvidos com a educação.

Constatamos, ainda, a presença de um discurso pedagógico próprio à escola primária e ao preparo do magistério. De modo particular, a Escola Normal de Natal funcionou em diferentes espaços e consolidou-se como a instituição responsável pelo preparo dos mestres primários. Enquanto *locus* da formação de professores constituiu uma forma escolar própria, a partir da produção e veiculação de saberes específicos e de modos de fazer peculiares. Saberes os quais deram suporte ao preparo profissional para o magistério e que estavam em conformidade com o movimento pedagógico mundial, as ideias, discussões e reflexões dos pedagogos e dirigentes educacionais. A Escola Normal de Natal era um espaço de atividades pedagógicas, de afirmação profissional, um lugar de reflexão sobre as ações que conferiram aos professores a representação de profissionais produtores de saberes os quais legitimaram a instrução e a profissão docente.

Diante disso, asseveramos que os livros, a legislação e os regulamentos compõem e construíram uma cultura escolar, como também colaboraram para a consolidação da Escola Normal, instituição conhecida em diferentes partes do mundo. São materiais criados no interior de projetos de formação de um número significativo de professores que destinavam-se à instrução pública mantida pelo Estado e propostos a uma parcela expressiva de forma gratuita e, por vezes, obrigatória.

Referências

- AFREIXO, José Maria da Graça; FREIRE, Henrique. *Elementos de Pedagogia*. [Para servirem de guia aos candidatos ao magistério primário]. Lisboa: Tipografia do Futuro, 1870.
- BRASIL. *Actos do Poder*. Lei de 15 de outubro de 1827. [S.l.], 1827.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHERVEL, Andre. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, n.2, p. 177-229, 1990.
- DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (1908). *Atas da Congregação do Atheneu e Escola Normal (1906-1911)*. Livro 4. 100f. Natal, 1896-1911, 1908.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Tradução por Ruy Jungmann. Revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 2 v. Tradução de: *Über den Prozess der Zivilisation*.
- ESCOLANO, Augustín. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Augustín. *Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução por Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 152 p.
- FERREIRA, António Aurélio da Costa. *Algumas Lições de Psicologia e Pedagogia* Lisboa: Lumen, 1920.
- GOMES, Joaquim Ferreira. O ensino de Pedagogia e da Psicologia nas Escolas Normais Primárias (1862-1974). In: FERNANDES, Rogério; ADÃO, Áurea. *Leitura e escrita em Portugal e no Brasil 1500-1700*. Vol. II. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998.

- GOMES, Joaquim Ferreira. O ensino de Pedagogia e da Psicologia nas Escolas Normais Primárias (1862-1974). In: FERNANDES, Rogério; ADÃO, Áurea. *Leitura e escrita em Portugal e no Brasil 1500-1700*. Vol. II. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, SP, n.1. p. 09-43, jan./jun. 2001.
- KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n.193, p.63-71, set./dez.1998.
- LIMA, Nestor dos Santos. O Grupo Modelo. *A República*. Natal, p.3, 02 out. 1911m.
- MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Regulamento da Escola Normal Primária para o sexo feminino no districto de Lisboa*. 1863.
- MOGARRO, Maria João; ZAIA, Iomar Barbosa. Do Palácio ao Calvário: Escolas de Formação de Professores em Portugal no século XIX. In: PINTASSILGO, Joaquim; SERRAZINA, Lurdes. *Escola Normal de Lisboa e a Formação de Professores – arquivo, história e memória*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.
- NÓVOA, António. *Les Temps des Professeurs: Analyse Socio-historique de la Profession Enseignante au Portugal*, I vol. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987a.
- NÓVOA, António. *Les Temps des Professeurs: Analyse Socio-historique de la Profession Enseignante au Portugal*, II vol. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987b.
- OLIVEIRA, António de Almeida. *O Ensino Público*. Brasília, DF, Senado Federal, v.4, 2003.
- PEDAGOGIUM. Revista da Associação de Professores do Rio Grande do Norte. Natal: Tipografia de A República, 1921-1925.
- RELAÇÃO dos indivíduos matriculados na Escola Normal desde 1862 a 1866, e seus destinos. Lisboa: s.e., 1867.
- REVISTA ESCOLAR (1925-1926). . Publicação Mensal de Educação e Ensino. Redação e Administração: Zona Franca de Xira.
- RIO GRANDE DO NORTE. *Livro de Honra* (1914-1919). Manoel Dantas. Natal, 1919.
- RIO GRANDE DO NORTE. *Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado*. Natal: Tipografia da República, 1909.
- SÁ, António Francisco Moreira de. *Compêndio de Pedagogia*. Coordenado conforme os programas de 8 de março de 1870. Lisboa: Tipografia de L. C. Cunha & Filhos, 1873.
- SCHRIEWER, Jürgen. Estados-Modelo e sociedade de referência: externalização em processos de modernização. In: NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen (Eds.). *A difusão mundial da escola: alunos – professores – currículo – pedagogia*. Lisboa: Educa, 2000.
- SILVA, Vivian Batista da. Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970). *Revista Brasileira de Educação*, p. 268-277, v. 12, n. 35, maio/ago., 2007.
- SILVA, Vivian Batista da. Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970). *Revista Brasileira de Educação*, p. 268-277, v. 12, n. 35, maio/ago., 2007.
- SOUSA, José de. *Notas de Pedagogia Filosófica*. Lisboa: Adolpho; Modesto & Cia, Impressores, 1890.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- VASCONCELOS, Faria de. *Lições de pedagogia e pedagogia experimental*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, [19--]. 586 p.